

PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL (Produto B)

**do Plano Municipal de Saneamento Básico
Convênio nº 086/2012**

**Celebrado entre Prefeitura Municipal de Itapuranga – GO e a
FUNASA- Fundação Nacional de Saúde.**

Goiânia/2014

Índice de Tabelas e Quadros

Tabela 1: Taxa Geométrica de Crescimento.	9
Tabela 2 - Aspectos populacionais.....	10
Tabela 3 - Registro Educacional.....	10
Tabela 4 - Produção agrícola	11
Tabela 5 - Sistema de Abastecimento de Itapuranga – ano 2012.	12
Tabela 6 - Reuniões Comunitárias – Diagnóstico.....	17
Tabela 7 - Reuniões Comunitárias – Prognóstico.	18
Tabela 8 - Reuniões Comunitárias – Apresentação do Diagnóstico/Prognóstico.	18
Quadro 1 - Principais Informações Geopolíticas de Itapuranga.	9
Quadro 2 - Setores de mobilização.	14
Quadro 3 - Disposição dos eventos.....	21

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. PRODUTOR SOCIAL.....	5
3. APRESENTAÇÃO	5
4. JUSTIFICATIVA.....	6
4.1 Princípios Norteadores.....	6
4.2 Contexto Sócio – Econômico do Município de Itapuranga – Goiás. 7	
4.2.1. Dados Históricos	7
4.2.2. Aspectos Gerais	9
4.2.3. Aspectos Populacionais de Itapuranga (GO).....	9
4.2.4. Informações sobre Ensino	10
4.2.5. Informações Econômicas	10
4.2.6 Saúde	11
5. PROPÓSITOS DA MOBILIZAÇÃO.....	12
5.1 Objetivo Geral	12
5.2 Objetivos Específicos.....	12
6. PLANO DE AÇÃO	12
7. UNIVERSO DO PLANO	14
7.1 Público Alvo	14
7.2 Área de Abrangência	14
7.3 As Formas de Participação da Sociedade	14
8. FASE INICIAL DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL	15
8.1 Comitês de Coordenação e Executivo	15
8.2 Reunião Inicial.....	15
9. METODOLOGIA E ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	16
9.1 Reuniões Comunitárias.....	17
9.1.1. Objetivo Macro da Atividade.....	17
9.1.2. Objetivos Imediatos da Atividade	17
9.1.3. Tempo de Duração.....	17
9.1.4. Eventos Comunitários	17
9.1.5. Conferência Municipal de Saneamento Básico	18
9.1.6. Objetivo Macro da Atividade.....	18
9.1.7. Objetivos Imediatos da Atividade	18
9.1.8. Procedimentos Metodológicos.....	18

9.1.9. Tempo de Duração.....	19
10. INSTRUMENTOS DE DIVULGAÇÃO	19
10.1 Planejamento da Comunicação Social	19
10.2 Produção de Material Informativo	19
10.3 Folder.....	19
10.4 Cartazes e Faixas	20
10.5 Banner	20
10.6 Divulgação nos Veículos de Comunicação.....	20
11. EVENTOS COMUNITÁRIOS	21

1. INTRODUÇÃO

O presente documento corresponde ao produto B – Plano de Mobilização Social – referente ao Contrato nº 777 – J/2013, para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB de Itapuranga / Goiás, firmado entre a Prefeitura Municipal de Itapuranga / Goiás e a empresa EMPIA – Empresa de Projetos Industriais e Ambientais Ltda.

2. PRODUTOR SOCIAL

EMPIA – Empresa de Projetos Industriais e Ambientais Ltda.

3. APRESENTAÇÃO

Considerando que a Constituição Federal de 1988, preconizou a participação da sociedade como um dos pontos relevantes na construção das políticas públicas, e que o saneamento básico é um direito do cidadão e dever do poder público, e que acreditamos que a parceria entre poder público e a sociedade civil deve ser incentivada e efetivada, para se buscar politicamente fórmulas novas que ajudem no desenvolvimento do ser humano, principalmente dos segmentos que estão em situação de exclusão social.

A construção do Plano de Mobilização Social ocorre na fase inicial do processo, onde serão planejados todos os procedimentos, estratégias, mecanismos e metodologias que serão aplicados ao longo de todo o período de elaboração do PMSB visando garantir a efetiva participação social.

O direito à participação da sociedade nos processos de formulação, planejamento, execução e fiscalização de políticas públicas está cada vez mais frequente e consolidado nos dias atuais, não divergindo da Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 que estabelece como princípio basilar a participação popular em todo o processo de elaboração e implementação dos PMSB.

A lei nº 11.445/2007 estabelece como princípio fundamental a participação da sociedade em todos os processos de elaboração e implementação do PMSB e atribui ao município o estabelecimento de ferramentas de controle social definido em seu art. 3º, inciso IV, como *“um conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico”*, objetivando gerar um plano coerente e adequado com a realidade local e capaz de promover a melhoria da qualidade de vida das populações locais e da prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

A participação da sociedade nesse processo é de extrema importância, já que o PMSB deve ser elaborado com horizonte de 20 (vinte) anos, avaliado anualmente e revisado a cada 4 (quatro) anos. O documento fundamentará os objetivos do município atendendo às necessidades das atuais e futuras gerações no que diz respeito aos serviços, à infraestrutura e às instalações operacionais de Saneamento Básico.

Embora fortalecida, institucionalizada e requerida como condicionante ao andamento de inúmeros projetos, a participação social está longe de ser um processo espontâneo, no sentido de bastar à intenção do poder público e a disponibilidade de uma metodologia para que o processo ocorra.

Sem o interesse (conscientização/mobilização) e capacitação dos protagonistas principais (a sociedade) para participar das decisões do poder público neste ou naquele projeto, a iniciativa está fadada ao status de cumprimento de disposições legais, como por exemplo, a realização de consultas previstas em legislação específica e/ou disposições contratuais.

É preciso considerar que o interesse da comunidade em se mobilizar para participar de um processo está intrinsecamente relacionado ao seu interesse pelo tema sobre o qual é chamada a participar. Tal interesse costuma ser maior ou menor dependendo das interferências do empreendimento diretamente em seu cotidiano. Tradicionalmente tais interesses estão subjacentes aos impactos favoráveis e desfavoráveis de um determinado projeto no quadro de vida de uma população.

4. JUSTIFICATIVA

Aprovada em janeiro de 2007, a Lei Federal nº 11.445/07 estabelece diretrizes nacionais para o setor de saneamento no Brasil. Nesta Lei, o conceito de saneamento básico (ou ambiental) foi ampliado para abranger não apenas o abastecimento de água potável e o esgotamento sanitário, mas também a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos e a drenagem de águas pluviais urbanas.

Com a aprovação da Lei nº 11.445/07, o setor de saneamento passou a ter um marco legal e contar com novas perspectivas de investimento por parte do Governo Federal, baseado em princípios da eficiência e sustentabilidade econômica, controle social, segurança, qualidade e regularidade, buscando fundamentalmente a universalização dos serviços, de modo a desenvolver nos municípios o Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB.

O Governo Federal, por meio da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, em parceria com as Prefeituras Municipais com até 50.000.00 habitantes, estabelecerá Convênios de Cooperação Técnica para a elaboração do PMSB, como forma de fortalecer o mecanismo de planejamento das ações de saneamento, com a participação popular, atendendo aos princípios da política nacional de saneamento básico (Lei nº 11.445/07), objetivando melhorar a salubridade ambiental, proteger o meio ambiente e promover a saúde pública, com vistas ao desenvolvimento sustentável do Município.

A partir destas atribuições, regulamentadas em lei, surge à necessidade de se elaborar um Plano de Mobilização Social – PMS. Esse Plano tem como finalidade estabelecer as ações de mobilização social, onde serão definidos os objetivos, metas e escopo da mobilização, além de cronogramas e principais atividades a serem desenvolvidas.

4.1 Princípios Norteadores

A mobilização social consiste em um processo permanente de animação e promoção do envolvimento de pessoas por meio do fornecimento de informações e constituição de espaços de participação e diálogo relacionados ao que se pretende promover, que, neste caso, são a elaboração e a implementação dos PMSB.

A mobilização social é utilizada como estratégia de apoio e estímulo à participação na gestão e no controle do território resultando no comprometimento dos atores envolvidos, ou seja, quem participa possui melhores condições de contribuir e reivindicar em favor do município. Deve basear-se em um constante fluxo de comunicação entre os grupos sociais, em uma rede de apoio e colaboração que estimula a adoção de parcerias e fortalece os laços de confiança.

Além da constituição de novos espaços que promovam a participação da sociedade durante o processo de elaboração e implementação dos PMSB (reuniões, consultas e audiências), outros meios podem ser utilizados para tornar o processo ainda mais participativo, tais como a promoção de eventos, campanhas e elaboração de materiais.

O Plano de Mobilização Social é o documento técnico-gerencial que detalhará todo o processo de planejamento das ações que serão realizadas no município definidos seus objetivos, metas e escopo da mobilização, além do cronograma e das principais atividades desenvolvidas durante a elaboração do plano envolvendo a participação plural e representativa dos segmentos sociais interessados em partilhar um projeto de futuro coletivo.

4.2 Contexto Sócio – Econômico do Município de Itapuranga – Goiás.

4.2.1. Dados Históricos

Itapuranga é um município brasileiro do estado de Goiás, situado na região do Vale do São Patrício. A sua população, segundo estimativa do IBGE em 2010, era de 26.125 habitantes. O solo é pouco acidentado, com regiões de cerrado, com destaque para um braço da Serra Dourada formando-se uma imagem de um gigante adormecido “como se estivesse protegendo a cidade”.

A formação da cidade de Itapuranga foi acentuada com o surto migratório para Goiás, principalmente de mineiros, advindos várias regiões deste estado. Mas pode-se encontrar também, descendentes de nordestinos e pessoas vindas dos estados da região sul.

Percebe-se que, havia desde o povoado do antigo Xixá uma série de propriedades rurais, às quais os trabalhadores procuravam viver com os parques recursos e buscavam os produtos industrializados na cidade de Vila Boa, sendo transportados em ombros de animais, com as buacas, surgindo os nossos tropeiros.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo aumento da população, surgindo à necessidade de criar um vilarejo que pudesse dar uma resposta às necessidades dos homens e mulheres daquele tempo, principalmente para atender aos gêneros industrializados consumidos no meio rural.

Como em quase toda a localidade, a história das cidades em nosso Estado, o vilarejo inicia-se ligado à religiosidade de seus habitantes, que procuraram se organizar e construíram um local fixo de encontros religiosos, ficando assim, a construção da primeira capela católica na região, tudo sendo fruto da fé e dedicação de várias famílias que já viviam na região.

A capela que se instalara no Xixá veio do antigo arraial de Ouro Fino – que se localizava em uma região próxima à Cidade de Goiás. Este arraial sofreu os reveses da mineração, com o esgotamento dos veios auríferos da região, diminuindo-se a população e a importância religiosa desta capela a qual se perdia no tempo, daí surgindo à ideia de transferi-la para o recém-formado vilarejo do Xixá.

Têm-se notícias que as celebrações eram feitas nas fazendas e com grandes dificuldades, ou mesmo tendo que ir a Ouro Fino para fazer os casamentos e outras celebrações. Daí o aspecto religioso e cultural destes homens e mulheres motivaram a ideia de edificação de uma igreja, conseqüentemente, trazendo consigo várias famílias, que passariam a se fixar no local, dando início a vila do Xixá.

Por volta de 1912, é criado o vilarejo que tinha uma vida bem modesta e contava com poucas casas. As primeiras moradias foram sendo estabelecidas nas redondezas da capela, uma vez que as terras eram da própria igreja, e os primeiros moradores edificaram suas casas nestas, apropriando-se da “bondade do Santo”, São Sebastião.

A região sofreu um impacto maior de povoamento com a tomada de decisões pelo governo varguista de 1930, impulsionando a denominada “marcha para oeste”, procurando elaborar um discurso e propaganda a respeito destas regiões de fronteiras, atraindo os mineiros, que imbuídos neste espírito “ruch”, migram-se para Goiás e passaram a cultivar e comprar terras na redondeza do vilarejo. O vilarejo teve seu início no que se convencionou chamar de Xixazão, dando lembranças a primeira missa que fora celebrada debaixo de um pé de chichazeiro.

Com o aumento populacional houve a necessidade de uma maior representatividade junto à sede do município ao qual o vilarejo estava jurisdicionado – Goiás. Pensando assim, um grupo de pessoas se organizaram e notaram a necessidade de ter mais respaldo nas decisões políticas junto a Cidade de Goiás, principalmente em relação as decisões tomadas para o vilarejo. Buscaram reivindicar a elevação do povoado a categoria de Distrito, fato este acontecido em 1944.

A ideia de poder começa a se desenvolver junto as suas necessidades, havendo disputas políticas entre as famílias da região. A cidade de Itapuranga, sonho de homens e mulheres dessa região, tornou-se uma realidade inserida no contexto nacional a partir de 1953, tendo uma maior possibilidade de representação no estado. Assim, em termos políticos as decisões eram tomadas observando a conjuntura nacional, pois em poucos anos de emancipação política o Brasil entrou no período de repressão militar. As influências foram sentidas em Itapuranga, tanto nos aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos.

Após a emancipação política, 1954, Itapuranga teve seu momento econômico mais próspero com as medidas tomadas pelo governo federal de incentivo a produção de álcool, tudo em decorrência da crise do petróleo na década de 1970, momento em que o governo cria o pró-álcool para suprir a falta

de gasolina e para tentar baratear este combustível. Instala-se neste momento a Destilaria Pite S/A, com toda a euforia do momento, da modernidade e desenvolvimento, que empregando grande número de mão-de-obra, através dos boias-frias, pessoas que levavam suas marmitas de comidas para o trabalho, comendo-as frias, posteriormente.

No entanto, esta fase de euforia foi marcada por desajustes sociais, uma vez que a empresa trabalhou poucos anos deixando os proprietários e trabalhadores em situação financeira caótica, gerando greves e o fortalecimento da organização sindical. Atualmente, a usina se encontra em um processo de reativação, com o trabalho do Grupo Farias, que pretende dar início ao processo de produção de cana-de-açúcar em nossa região.

Em nossos dias a cidade sobrevive do comércio local, mantido por pequenas propriedades familiares, pelo funcionalismo público estadual e municipal, com pequenas e médias indústrias de todos os ramos. Destaca-se também a produção de frutas cítricas em regime de “monocultura”, como o maracujá, que ganhou destaque em todo o estado, momento em que Itapuranga focou conhecida como a Capital do Maracujá. A pecuária leiteira tem sido outra fonte econômica do município.

4.2.2. Aspectos Gerais

Segundo o IBGE, o território do município de Itapuranga possui área de 1.277,160 km², com população em 2010 de 26.125 habitantes, com taxa geométrica de crescimento negativa preponderante desde o ano de 1996 a 2012, conforme mostra a tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Taxa Geométrica de Crescimento.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa de Crescimento Geométrico Populacional (%)	-1,05	-0,67	-0,67	-0,23	-0,23	-0,13

A densidade demográfica do município é de 20,47 hab/km². O município está situado nas seguintes coordenadas geográficas: latitude 15°33'44" S e a uma longitude 49°56'55" W, estando a uma altitude de 651 metros.

Em seguida, são apresentadas as principais informações geopolíticas (Quadro 1), conforme última atualização descrita nos sites do IBGE e do SEGPLAN / GO.

Quadro 1 - Principais Informações Geopolíticas de Itapuranga.

Área	1.277,160 km ²
Aglomerados	Lajes e São José
Mesorregião (IBGE)	Centro Goiano
Microrregião (IBGE)	Ceres
Municípios Limítrofes	Carmo do Rio Verde, Faina, Cidade de Goiás, Guaraita, Heitoraiá, Morro Agudo de Goiás Uruana e São Patrício.
Altitude	651 metros
Distância até a Capital	153 km
Distritos	Cibele e Diolândia

Fonte: IBGE e SEGPLAN/GO.

4.2.3. Aspectos Populacionais de Itapuranga (GO)

A tabela 2 abaixo traz uma síntese sobre os aspectos populacionais do município.

Tabela 2 - Aspectos populacionais.

População	1991	2000	2010
Total	31.215	26.740	26.125
Urbana	19.885	19.905	21.235
Rural	11.330	6.835	4.890
Masculina	15.865	13.387	12.922
Feminina	15.350	13.353	13.203

Fonte: IBGE e SEGPLAN/GO.

4.2.4. Informações sobre Ensino

A tabela 3 abaixo traz uma síntese sobre os aspectos educacionais do município (número de matrículas).

Tabela 3 - Registro Educacional.

Total de Matrículas (alunos)	5.187
Matrículas na creche	155
Matrículas na pré – escola	619
Matrículas no ensino fundamental	3.104
Matrículas no ensino médio	1.089
Matrículas na educação de jovens e adultos	165
Matrículas na educação especial	55

Fonte: IBGE e SEGPLAN/GO.

Em relação ao número de docentes, o município dispõe de 313 (trezentos treze) professores distribuídos em 20 (vinte) estabelecimentos de ensino em 170 (cento setenta) salas de aulas (IBGE 2012). A taxa de alfabetização é de 86,97% (IBGE 2010).

4.2.5. Informações Econômicas

Resumo das Economias de Itapuranga	
PIB a preços correntes – PIB (R\$ mil)	228.632,38
Produto Interno Bruto per capita (R\$)	8.764,90
Receitas Correntes Total (R\$ mil)	32.191
Despesas Correntes Total (R\$ mil)	29.373
Pessoal Admitido Total	1.387 Pessoas
Pessoal Desligado Total	1.616 Pessoas

Fonte: IBGE e SEGPLAN/GO.

Setor Primário

- *Pecuária*

Os dados do Perfil Socioeconômico do SEGPLAN/GO, ano 2011 indicam que a atividade agropecuária no município apresenta:

- 130.500 cabeças de rebanhos de bovinos;
- 10.800 cabeças de rebanhos de suínos;
- 117.700 cabeças de rebanho avícola (galos, frangas, frangos, pintos, e galinhas);

- 600 cabeças de rebanhos de bubalinos;
- 105 cabeças de rebanhos de caprinos
- Número de estabelecimentos agropecuários: 1.459 Unidades.

Em relação a outros produtos de origem animal, o município, em 2011, produziu 27.500 mil litros de leite e 277 mil dúzias de ovos de galinha.

- Produção Agrícola

Em relação à atividade agrícola, o município destaca-se na produção de abacaxi, arroz (sequeiro), banana, cana-de-açúcar, feijão, mamão, mandioca, maracujá, milho, palmito e uva.

As informações a seguir traz uma síntese da atividade agrícola no município.

Tabela 4 - Produção agrícola

Produção agrícola / Área colhida em hectares	Ano 2012
Abacaxi	10
Arroz (sequeiro)	300
Banana	60
Cana-de-açúcar	9.962
Feijão	50
Mamão	40
Mandioca	50
Maracujá	140
Milho	1.200
Palmito	200
Uva	2

Fonte: IBGE e SEGPLAN/GO.

Setor Terciário

De acordo com os dados do SEGPLAN/GO, o setor terciário composto pelas atividades de comércio e serviços contribui na formação da riqueza do município de Itapuranga. Devem ser destacadas as atividades de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, postos de combustível, farmácias e drogarias e pousadas / chalés e prestação de serviços relacionados ao turismo e ecoturismo.

Em relação ao setor mineral, o município apresenta uma produção total de 866 m³ de areia (IBGE 2011).

Sobre o número de estabelecimentos bancários, segundo o Censo do IBGE 2012, o município possui 04 Agências Bancárias (01 agência do Banco Bradesco S.A., 01 agência do Banco do Brasil S.A., 01 agência do Banco Itaú S. A., e 01 agência da Caixa Econômica Federal).

4.2.6 Saúde

O município, segundo dados do IBGE 2012, conta com 03 Hospitais que disponibilizam 133 leitos, com taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos) de 26,53% (IBGE 2000).

Em relação ao sistema de saneamento básico (abastecimento de água e atendimento de esgoto) a tabela abaixo ilustra o cenário do município.

Tabela 5 - Sistema de Abastecimento de Itapuranga – ano 2012.

Extensão de redes de água (metros)	114.514
Ligações de água (número)	8.355
Extensão de rede de esgoto (metros)	108.628
Ligações de esgoto (número)	6.959

Fonte: IBGE e SEGPLAN/GO.

5. PROPÓSITOS DA MOBILIZAÇÃO

5.1 Objetivo Geral

Promover e garantir a participação da população em todas as etapas do Plano Municipal de Saneamento Básico-PMSB, desde a fase do diagnóstico até o relatório final, estabelecendo estratégias de inclusão da sociedade organizada, entidades e instituições sociais na discussão e elaboração do referido Plano.

5.2 Objetivos Específicos

- Desenvolver ações para a sensibilização da sociedade quanto à relevância do Plano Municipal de Saneamento Básico e da necessidade da sua participação no processo de elaboração.
- Divulgar amplamente o processo, as formas e canais de participação e informar os objetivos e desafios do PMSB;
- Estimular todos os segmentos sociais a participarem do processo de planejamento dos serviços de saneamento básico;
- Envolver a população na discussão das potencialidades e na problemática da salubridade e saneamento ambiental e suas implicações;
- Estimular a criação e a perenização de grupos representativos da sociedade para discutir o assunto saneamento, após a elaboração do PMSB;
- Mobilizar todos os setores da sociedade no município de Itapuranga, para discussão e decisão sobre as melhores ações que devem contemplar o Plano de Saneamento Básico a ser implantado no município;
- Assegurar a participação de todos os segmentos representativos da sociedade, com o objetivo de elaborar a partir das reais necessidades do município.

6. PLANO DE AÇÃO

Desenvolver um trabalho de articulação por natureza de segmento, no sentido de identificar as demandas necessárias do município. Em seguida sistematizar as propostas, hierarquizando as prioridades e os recursos que possibilitem as efetividades do plano.

Em suma:

- Realizar levantamento de metodologias em experiências de êxito quanto à participação social no município;
- Identificar as organizações sociais dos diversos segmentos atuantes no município;
- Contatar instituições;
- Realizar reuniões técnicas e dinâmicas participativas para estimular os participantes;
- Identificar e avaliar o sistema de comunicação local e sua capacidade de difusão das informações e mobilização sobre o Plano;
- Disseminar o acesso às informações sobre o diagnóstico e estudos preliminares, os serviços prestados e sua avaliação, o processo e os eventos previstos e as propostas;
- Descentralizar as informações produzidas pelo PMSB;
- Disponibilizar as informações necessárias à participação qualificada da sociedade nos processos decisórios do PMSB;
- Ampliar a discussão sobre aspectos relacionados ao saneamento básico;
- Promover a interação e o comprometimento da comunidade no processo de elaboração do Plano;
- Estimular o diálogo considerando a tradução do saber técnico e saber popular por meio de reuniões;
- Coletar subsídios para a elaboração do PMSB;
- Listar as prioridades de atendimento aos serviços de saneamento básico, apontadas pelos representantes de cada setor/bairro/localidade;
- Verificar se as informações fornecidas pelos líderes comunitários coincidem com os anseios da população da área de abrangência;
- Listar as prioridades de atendimento da população envolvida;

- Obter o parecer da população interessada diretamente na construção do Plano, garantindo que suas opiniões e necessidades estejam contempladas no PMSB;
- Estabelecer parcerias para mobilização da sociedade com universidades, empresas públicas, autarquias, secretarias, organizações comunitárias etc.;
- Estabelecer parcerias com os conselhos Municipais.

7. UNIVERSO DO PLANO

O presente Plano de Mobilização Social – PMS abrange a população residente total do município de Itapuranga / GO. Conforme dados divulgados no último Censo Demográfico, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Itapuranga possui 26.125 (vinte seis mil cento vinte e cinco) habitantes. A seguir são detalhadas informações acerca da população e do local em que se desenvolverão as ações do PMS.

7.1 Público Alvo

O Plano de Mobilização Social (PMS) busca envolver toda a população do município, urbana e rural, considerando a participação de “muitas e diferentes pessoas” (LINO, 2008).

7.2 Área de Abrangência

O Termo de Referência (TR) da Funasa orienta que o Plano de Mobilização Social deverá prever os meios necessários para a realização de eventos setoriais de mobilização social, garantindo que tais eventos alcancem as diferentes regiões administrativas, distritos afastados e assentamentos rurais. Por isso, conforme sugestão do TR, o território municipal foi organizado em SETORES DE MOBILIZAÇÃO (SM); locais planejados para receberem os eventos participativos sendo distribuídos pelo território do município de forma a promover a efetiva presença da comunidade, conforme quadro de descrição dos eventos comunitários.

Quadro 2 - Setores de mobilização.

Setores de Mobilização	Abrangência
A	Zona Urbana
B	Zona Rural
C	Aglomerados – Lajes e São José; Distritos – Cibele e Diolândia
D	Assentamentos Rurais

7.3 As Formas de Participação da Sociedade

As atividades de mobilização social devem iniciar logo após a formação dos Grupos de Trabalho, garantindo a participação da sociedade e promovendo o controle social em todas as fases e etapas do processo. Estas são desenvolvidas de formas integradas e/ou paralelas durante a elaboração e implementação do PMSB.

8. FASE INICIAL DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL

8.1 Comitês de Coordenação e Executivo

Para iniciar a elaboração do Plano, conforme foi estabelecida pelo Termo de Referência (TR) da Fundação Nacional de Saúde – Funasa é necessário à constituição dos Comitês de Coordenação e Executivo. Os membros desses Comitês deverão ser nomeados em no máximo 15 dias após a celebração do convênio.

Desta forma, segundo o TR, o **Comitê de Coordenação** é a instância consultiva e deliberativa, responsável pela condução e elaboração do PMSB; será composto obrigatoriamente por representantes (autoridades e/ou técnicos) das instituições do Poder Público municipal, estadual e federal relacionadas com o saneamento ambiental, bem como por representantes da Sociedade Civil. Ainda, segundo o TR, a participação de técnicos da área de engenharia e/ou educação em saúde da Funasa será, necessariamente, integrante desse Comitê, por meio do Núcleo Intersectorial de Cooperação Técnica – NICT nas Superintendências Estaduais da Funasa, **sendo as atribuições desse núcleo restritas ao acompanhamento em caráter orientativo.**

As atribuições do **Comitê de Coordenação** são: discutir e avaliar, sempre que necessário e, não ultrapassando um período de dois meses, o trabalho produzido pelo Comitê Executivo; criticar e sugerir alternativas, auxiliando o trabalho desse Comitê na elaboração do Plano; e avaliar o andamento dos trabalhos do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, buscando promover as ações integradas de saneamento.

O **Comitê Executivo** é a instância responsável pela operacionalização do processo de elaboração do Plano. Segundo o TR, esse Comitê deve ser formado por técnicos do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) e das Secretarias de Serviços Públicos, Obras e Urbanismo, de Saúde, de Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e de Educação da Prefeitura Municipal, e ainda outros profissionais tecnicamente habilitados, tais como: professores, pesquisadores e/ou estudantes universitários e consultores.

As atribuições do **Comitê Executivo** são: realizar as atividades referentes ao escopo dos Serviços constantes no TR da Funasa.

Conforme Decreto Municipal nº 028-J/2014, os membros do **Comitê de Coordenação** para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento do município de Itapuranga são apresentados em anexo.

8.2 Reunião Inicial

Como primeiro contato formal foi realizado uma reunião com a presença dos Comitês de Coordenação e Executivo realizado no dia 17/12/2013 na sede da prefeitura de Itapuranga - GO.

Para esta reunião inicial, identificamos e convidamos representantes comunitários e lideranças locais para participarem da mesma.

Nesta reunião, envolvendo os Comitês, representantes comunitários, lideranças, os representantes oficiais foram devidamente indicados (decreto ou portaria), e foram realizadas as seguintes atividades:

- Apresentação dos membros componentes de cada Comitê e técnicos da consultoria que irão participar do desenvolvimento dos trabalhos;
- Apresentação pela Consultoria do que é o Plano Municipal de Saneamento Básico-PMSB e também o que é o Plano de Mobilização Social (PMS);
- Identificação das alternativas para envolvimento dos membros na condução dos futuros trabalhos;
- Discussão dos pontos levantados pelos membros dos Comitês e acatamento das sugestões pertinentes;
- Identificação dos recursos humanos da administração municipal que possam servir de facilitadores para o desenvolvimento do PMSB e PMS.

9. METODOLOGIA E ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

Devido à natureza do trabalho, que envolve o contato direto com comunidades e grupos organizados, toda metodologia a ser seguida buscará ser mediada pelo respeito à cultura local, pela delicadeza no trato com a dimensão imaginária contidas nos processos e também pela percepção das subjetividades e interpretações enquanto riquezas simbólicas.

Em virtude destes processos norteadores, a metodologia deverá ser flexível o bastante para contemplar esses aspectos em cada contexto encontrado. Assim sendo, pretende-se desenvolver o trabalho partindo-se dos seguintes procedimentos: inicialmente estabelecer contato com os representantes do município e de suas comunidades, a fim de aprofundar o entendimento das questões e demandas mais relevantes. A partir dessas definições conjuntas, estabelecer níveis de atuação diferenciados de acordo com os interesses.

As atividades desenvolvidas durante a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico-PMSB serão pautadas na troca de informações, tendo como foco a mobilização social e organização comunitária, sob a perspectiva de que essas ações possam contribuir para uma mudança efetiva nas condições de vida dessa população, no que tange às questões relacionadas ao saneamento básico.

Nos itens subsequentes serão descritas as atividades previstas.

9.1 Reuniões Comunitárias

Atividades a serem realizadas a partir da inserção da equipe técnica na comunidade, aonde vai se estabelecer espaços de diálogo acerca do processo de construção participativa, um dos principais pilares construtivos do presente documento.

As reuniões comunitárias serão realizadas nos 3 (três) setores de mobilização definidos pelos comitês de coordenação e Execução, sendo 01 (uma) reunião comunitária em cada setor de mobilização.

9.1.1. Objetivo Macro da Atividade

Apresentar a proposta de trabalho do PMSB de Cavalcante.

9.1.2. Objetivos Imediatos da Atividade

- Ampliar a discussão sobre aspectos relacionados ao saneamento básico;
- Promover a interação e o comprometimento da comunidade no processo de elaboração do PMSB;

9.1.3. Tempo de Duração

O tempo de duração de cada encontro será de aproximadamente 90 minutos, sendo 45 minutos para explanação e 45 minutos para a dinâmica participativa (podendo ser ampliado o tempo de participação conforme o interesse dos participantes).

9.1.4. Eventos Comunitários

Serão realizados 03 (três) Eventos Comunitários – Um evento para a fase do diagnóstico, outro evento para a fase do prognóstico e o terceiro evento para a fase de priorização de objetivos e/ou programas. Cada evento irá abranger todos os setores de mobilização, sendo um abrangendo o setor A (Zona Urbana), um abrangendo o setor B (Zona Rural) um abrangendo o setor C (Aglomerados – Lajes e São José; Distritos – Cibele e Diolândia) e um englobando o setor D (Assentamentos Rurais), atendendo a todos os setores de mobilização.

Tabela 6 - Reuniões Comunitárias – Diagnóstico.

Setor	Data/Horário
A	27/03/2014 – 10:00
B	27/03/2014 – 15:00
C	28/03/2014 – 10:00
D	28/03/2014 – 15:00
Setor	Local
A	Câmara Municipal de Vereadores
B	Sede da Zona Rural
C	Aglomerados – Lajes e São José; Distritos – Cibele e Diolândia.
D	Sede de Assentamento Rural

Tabela 7 - Reuniões Comunitárias – Prognóstico.

Setor	Data/Horário
A	07/04/2014 – 10:00
B	07/04/2014 – 15:00
C	08/04/2014 – 10:00
D	08/04/2014 – 15:00
Setor	Local
A	Câmara Municipal de Vereadores
B	Sede da Zona Rural
C	Aglomerados – Lajes e São José; Distritos – Cibele e Diolândia.
D	Sede de Assentamento Rural

Tabela 8 - Reuniões Comunitárias – Fase de Priorização dos Objetivos e/ou Programas.

Setor	Data/Horário
A	05/05/2014 – 10:00
B	05/05/2014 – 15:00
C	06/05/2014 – 10:00
D	06/05/2014 – 15:00
Setor	Local
A	Câmara Municipal de Vereadores
B	Sede da Zona Rural
C	Aglomerados – Lajes e São José; Distritos – Cibele e Diolândia.
D	Sede de Assentamento Rural

9.1.5. Conferência Municipal de Saneamento Básico

Atividade que tem por finalidade a apresentação e entrega do produto final do Plano Municipal de Saneamento Básico, direcionada a toda população do município.

9.1.6. Objetivo Macro da Atividade

Apresentar para a população do município de Cavalcante a versão final do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB.

9.1.7. Objetivos Imediatos da Atividade

- Ampliar a discussão sobre os aspectos relacionados ao saneamento básico;
- Estimular o diálogo considerando a tradução do saber técnico e saber popular.

9.1.8. Procedimentos Metodológicos

A Conferência Municipal de Saneamento Básico será realizada tendo como orientação os seguintes procedimentos:

- Apresentação da equipe;
- Destacar o papel da sociedade na construção do PMSB;
- Apresentar os resultados obtidos;
- Entrega formal da versão final do PMSB.

9.1.9. Tempo de Duração

O tempo de duração será de no máximo 120 minutos, sendo 30 minutos de explanação por parte de autoridades, 45 minutos de explanação com a apresentação do PMSB e 45 minutos para críticas, sugestões e questionamentos por parte da população do município.

10. INSTRUMENTOS DE DIVULGAÇÃO

Tendo como premissa a participação da sociedade e a oportunidade de discussão criada aos cidadãos de Itapuranga para que eles possam discutir aspectos relacionados ao saneamento básico, estão previstos no processo de elaboração do PMSB, o uso dos instrumentos de comunicação social. Esses instrumentos têm a finalidade de divulgar e mobilizar a população, em diferentes segmentos, para uma participação eficiente e eficaz na elaboração do PMSB.

A seguir são detalhadas informações acerca das três etapas previstas para o desenvolvimento da atividade de Comunicação Social: Planejamento da Comunicação Social e Produção de Material Informativo.

10.1 Planejamento da Comunicação Social

No processo de mobilização social, mais do que sensibilizar as pessoas para a importância de planejar o saneamento básico municipal, é preciso mostrar que todas podem e devem contribuir na elaboração do PMSB.

Para a convocação das pessoas deve-se em primeiro momento planejar as atividades de comunicação social de forma a evitar o risco de um efeito contrário. De modo geral, a tendência dos indivíduos é de se afastar quando não conseguem compreender sua função e os propósitos da ação. Para tanto é necessário estabelecer reuniões de planejamento entre a equipe responsável pelo PMSB para delinear e responder as diversas questões que irão surgir.

10.2 Produção de Material Informativo

Após a fase de planejamento da comunicação, incluindo o levantamento dos veículos de comunicação, público-alvo e conteúdos a serem trabalhados, iniciaremos a etapa de produção de material informativo. Previamente, estabeleceremos a produção de material impresso. Em termos de projeto gráfico e linha editorial, daremos preferência pela produção de materiais com textos sintéticos, mais objetivos e complementados por imagens que ajudem na compreensão do conteúdo. A seguir são apresentados os instrumentos básicos a serem utilizados nas atividades de comunicação social no município de Itapuranga.

10.3 Folder

Instrumento impresso de divulgação que traz de forma rápida, atraente e objetiva as principais informações sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico. O folder do PMSB descreverá resumidamente os seguintes conteúdos:

- Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico;
- Obrigatoriedade da elaboração dos planos municipais de saneamento básico;
- Importância do saneamento básico para a melhoria das condições de vida da população;
- Quem faz o Plano?
- Duração do Plano
- Objetivos, canais e formas de participação.

O folder deverá ter um caráter mais atemporal, isto é, que não traga informações que sejam superadas rapidamente durante o processo de elaboração do PMSB. Serão confeccionados 100 folders distribuídos nas reuniões comunitárias e em pontos estratégicos de grande circulação de pessoas no município.

10.4 Cartazes e Faixas

Instrumento impresso afixado de forma que seja visível em locais públicos, tendo como função principal divulgar informações sobre os eventos do PMSB. Os cartazes do PMSB, diferentes dos folders, serão temporais, a linguagem será clara e objetiva, e também bastante atrativa. Serão feitas 15 faixas e 50 cartazes.

10.5 Banner

É um instrumento de comunicação impressa, tendo como objetivo a divulgação em espaços fechados. Será confeccionado 01 (um) banner utilizado nos eventos para apresentar visualmente as etapas do processo e sínteses dos estudos produzidos (diagnósticos, prognósticos, ações etc.).

10.6 Divulgação nos Veículos de Comunicação

Todas as etapas, bem como todo o processo de elaboração do PMSB terá ampla divulgação por meio de faixas distribuídos em locais estratégicos do município, carro de som (divulgando os eventos comunitários), entrevistas e

anúncios na rádio local, envio de convite impresso às autoridades locais e convite formulado oralmente nas escolas do município.

11. EVENTOS COMUNITÁRIOS

Para que sejam atendidos os objetivos do Plano de Mobilização Social (PMS), será seguida a seguinte sequência de eventos, apresentada no quadro a seguir:

Quadro 3 - Disposição dos eventos.

Setor de Mobilização	Eventos			
	Reunião Comunitária-Diagnóstico.	Reunião Comunitária-Prognóstico.	Reunião Comunitária- Fase de Priorização dos Objetivos e/ou Programas.	Audiência Pública
A	01	01	01	01
B	01	01	01	
C	01	01	01	
D	01	01	01	